

mesmo alguns deles, a par de muita arte e manha, uma significativa riqueza e um assinalável prestígio social³.

Maria Helena da Cruz Coelho

Gavin Menzies, 1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo; Título original: *1421 – The Year China Discovered the World* (2002); Tradução: Maria Eduarda Colares; Edição: Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004. 446 pp.

No início do século XV, nenhuma civilização conhecia mais de um terço da parte sólida da Terra. O horizonte da Europa Ocidental cobria tão-só, e em grande parte através de espessa neblina, 30% da superfície dos continentes e apenas uns 5% da dos mares. O conhecimento geográfico do mundo chinês, bem como o do muçulmano, era ainda mais restrito. Nenhum dos povos da África Negra terá conhecido mais de um quinto do seu continente, ou seja, uns 5% da parte sólida do nosso planeta e praticamente nada dos mares. Nenhuma das mais avançadas culturas do continente americano (aztecas, maias, incas, araucas, caraíbas, chibchás) conheciam mais de 1% das terras emersas e quase nada dos mares. As duas mais vastas redes de trocas comerciais e culturais, o Mediterrâneo e o mundo indo-chinês, abarcariam uns 3 milhões de quilómetros quadrados (a superfície da Terra é de 500 milhões).

³ Este contorno social, económico e laboral dos tabeliães, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos, apresentamos já nós no artigo “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”, in *Estudes de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-137.

Tomando a expressão de Pierre Chaunu, estamos perante «mundos fechados, compartimentados, encravados». Os continentes estavam isolados pela inavergabilidade dos oceanos. Os descobrimentos marítimos, as conquistas e a consequente expansão europeia dos séculos XV e XVI foram, sem dúvida, o motor do desencravamento planetário. No desenvolvimento desse processo, é justo salientar o pioneirismo e o protagonismo dos portugueses, a partir de 1415, seguidos de outros povos europeus. Com efeito, coube aos portugueses de Quatrocentos e de Quinhentos criar ou aperfeiçoar a tecnologia náutica (a caravela, o astrolábio náutico, o quadrante náutico, a balestilha, o cálculo da latitude, a estimativa da longitude, a navegação astronómica, a cartografia) que possibilitou a devassa dos grandes oceanos, tornando irreversível o processo do descobrimento do Mundo.

É certo que duas expansões marítimas precederam a expansão europeia, desencadeada por Portugal: a dos normandos e a dos chineses. Mas nenhuma delas conduziu ao conhecimento do Mundo. Ambas foram interrompidas. Ao contrário dos Descobrimientos Portugueses, foram processos reversíveis. Vejamos, em síntese, cada uma delas.

Os normandos, mais concretamente os viquingues, entre os séculos VIII e X, foram protagonistas da primeira expansão marítima europeia, no Atlântico Norte, tendo descoberto e colonizado a Islândia (874), onde, em 930, os colonos criaram o primeiro parlamento do mundo (Althing). Em 982, Erik, o Ruivo, chegou ao sul da Gronelândia com um grupo de companheiros que aí fundaram uma colónia viquingue. Daí terão atingido o continente norte-americano, na costa atlântica do actual Canadá, mas, depois das expedições de Eric, as navegações viquingues para as margens do Atlântico Ocidental foram interrompidas, restando apenas dessa expansão a colonização da Islândia.

Entre 1405 e 1433, o almirante chinês Zheng He, com o patrocínio do imperador Zhu Di, realizou sete viagens (as três primeiras no Pacífico asiático e as quatro últimas no Índico), tendo atingido a Índia, o Golfo Pérsico, a Península Arábica, o Mar Vermelho, a costa oriental da África até Mombaça, podendo mesmo ter tocado na ilha de Madagáscar. O historiador chinês Jiang Yi Hua pensa que, numa dessas viagens, uma parte da sua frota terá dobrado o Cabo da Boa Esperança, tocando na costa sudoeste da África. Porém, se esses marinheiros chineses entraram no Atlântico, não regres-

saram ao Índico nem à China (se foram, não voltaram, não deram notícia), pois a *Carta Náutica de Zheng He* que «é das mais antigas que se conhecem» e «ocupa um lugar de realce» na evolução da cartografia da China, não regista qualquer topónimo da África atlântica, segundo nos informa o investigador chinês Niu Zhong Xun.

A frota de Zheng He terá sido composta por mais de 200 navios e cerca de 27.000 homens. O seu objectivo era impressionar os povos do Índico com o poderio naval chinês e torná-los tributários do imperador da China. Por que motivos tais navegações não tiveram continuidade?

Na opinião dos dois investigadores chineses já referidos, Jiang Yi Hua e Niu Zhong Xun, as razões assentam em factores de ordem económica, tributária e de política interna. Para suportar os avultados custos financeiros destas viagens, o segundo soberano da dinastia Ming, o imperador Zhu Di, teve de agravar fortemente os impostos sobre os seus súbditos. A prosperidade da China no tempo do seu antecessor contrastou com as gravíssimas dificuldades económicas que o país passou a sentir, atribuídas a um comércio externo ruinoso e ao enorme agravamento da carga tributária, particularmente sobre os agricultores, pelo que os mandarins manifestaram a sua discordância relativamente à política expansionista de Zhu Di. Após a morte deste, os seus sucessores puseram de parte o processo de abertura ao mundo exterior, conduzindo de novo a China à sua tradicional política de um país fechado sobre si.

O que até aqui se disse é uma súpula do saber que, a nível internacional, a Historiografia dos Descobrimentos consagrou, de forma séria e fundamentada. Nas últimas décadas, em diversos “foruns” científicos realizados em todo o Mundo, muitos investigadores se debruçaram sobre a apaixonante temática das Descobertas Marítimas. Concretamente, nos dias 3, 4 e 5 de Novembro de 1987, foi realizado em Macau um Seminário sobre “*Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos Séculos XV e XVI*”, com a participação de dez especialistas (cinco portugueses e cinco chineses): por parte de Portugal, o Almirante Rogério Geral de Oliveira, o Comandante Joaquim Soeiro de Brito, o Comandante António Estácio dos Reis, o Dr. Manuel Leitão e o Professor Luís de Albuquerque; por parte da China, os Professores Tien Ju Kang, Zheng Yi Jun, Wang Wen Chu, Jiang Yi Hua e Niu Zhong Xun. Aí se fez um balanço histórico sobre a náutica e as navegações portu-

guesas e chinesas. (*Actas do Seminário “Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos Séculos XV e XVI”*, Macau, Instituto Cultural de Macau – Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988).

Passemos à apreciação crítica do livro de Gavin Menzies, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, um texto que pretende pôr em causa toda uma historiografia fundamentada e consolidada ao longo de séculos de investigações sérias e metodologicamente conduzidas por historiadores de todo o Mundo. Para melhor se compreender o texto, convirá sublinhar que o autor, oficial da Marinha Britânica na reserva, nasceu na China, em 1937, onde viveu os dois primeiros anos de vida. Segundo diz, percorreu os mares e visitou mais de 120 países e mais de 900 museus e bibliotecas.

Em nossa opinião, a validade histórica da obra cai pela base, por razões de método. Desde logo, o título, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, aponta para a fragilidade metodológica e para o absurdo de uma construção pretensamente histórica. Como se fosse possível definir um ano para a descoberta do Mundo! É a primeira de uma intrincada rede de falácias e de fantasias com que o autor pretende fundamentar o texto. A cada passo, faz afirmações gratuitas e invoca provas que necessitam de ser provadas.

A sua tese, ou melhor, o seu estratagema é fazer crer que a China precedeu a Europa na descoberta do Mundo. Para tal, vai enleando uma cadeia de fantasias, procurando fundamentar cada fantasia com outra fantasia. Claro que, com esta metodologia, é possível dar asas à imaginação e qualquer um afirmar que os australopitecos descobriram o Mundo.

Por vezes, quase diríamos por regra, o autor constrói o seu discurso sem se situar concretamente no tempo histórico. Lemos páginas e páginas sem sabermos de que tempo está a falar, se do presente, se dum passado cuja cronologia não refere. Daí que confunda, ou pretenda confundir, o moderno com o antigo, o recente com o remoto, o mito com a realidade. Pior: distorce o próprio mito. Concretamente, toma as ilhas míticas assinaladas no mapa de Zuane Pizzigano (1424) e em outros mapas medievais (tidas como restos da mítica Atlântida desaparecida) como ilhas reais: Antília é Porto Rico; Satanazes é Guadalupe; Saya é Les Saintes (v.g. pp. 291 e seg.).

Tal metodologia interpretativa levou Gavin Menzies a ver os portugueses a chegar e a colonizar as Caraíbas (Porto Rico) antes de Colombo, em 1431, mas, claro, só dez anos depois dos chineses, e graças ao mapa chinês trazido

de Itália, em 1428, pelo infante D. Pedro, e *milagrosamente* desaparecido (p. 291). Mais: os navios lusos só foram bem sucedidos, porque «com as cartas chinesas a guiá-los, não havia ponto onde os capitães de mar portugueses não se aventurassem, a partir do momento que persuadissem os seus homens a segui-los; explorar os limites do mundo tinha-se tornado uma questão de tempo» (p. 302).

Certamente para impressionar o leitor com a imagem visual de um modelo cartográfico, o livro abre com um planisfério onde se desenham as rotas oceânicas das fabulosas “Armadas do Tesouro”, comandadas pelos almirantes chineses Hong Bao, Zhou Man, Zhou Wen e Yang Qing, os quais, entre 1421 e 1423, «guiados pelas estrelas» (cap. II, pp. 75-114), quais Reis Magos a caminho do Presépio de Belém, rasgaram os oceanos de lés a lés. Segundo o traçado das referidas rotas, os juncos chineses galgaram afoitamente o Pacífico, descobriram a Austrália, entraram no Índico, chegaram à Antártida, devassaram o Atlântico Sul e o Atlântico Norte, contornaram a Gronelândia e regressaram à China pelo Oceano Ártico, rompendo mares gelados e estilhaçando icebergues, como que submetendo à mais vil humilhação, de forma profética e premonitória, a altivez do «Titanic».

Apoiado na aura da antiga civilização chinesa, no peso da tradição, na referência a antigos mapas chineses que diz desaparecidos (faz-se a história sem provas, sem documentos, e argumenta-se que os mesmos desapareceram), na interpretação deturpada, treslada ou fantasiosa de mapas como os de Zuane Pizzigano (1424), Fra Mauro (1459), Cantino (1502), Martin Waldsemüller (1507), Piri Reis (1513), Jean Rotz (1542), põe os chineses a navegar por todos os mares e a fundar colónias em todo o Mundo.

Estranhamente, talvez (e por uma vez) por uma questão de pudor, não faz passar as «Armadas do Tesouro» pela Europa, nem nela funda colónias chinesas. Os limites da sua fantasia obrigaram-no a reconhecer que os chineses só nos nossos dias descobriram realmente a Europa.

Em boa verdade, os portugueses começaram a descobrir «mares nunca dantes navegados» em 1434, quando Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador, precisamente (pura coincidência?) no ano seguinte ao fim das navegações chinesas do almirante Zeng He (1405-1433). Durante um século, os portugueses e outros europeus rasgaram os oceanos, descobriram o Mundo e só encontraram chineses na China ou nas suas proximidades.

Para tentar provar o êxodo chinês, referencia animais, plantas e técnicas da China no Novo Mundo e vice-versa, mas não se situa no tempo, não esclarece quando, como, nem por quem estas trocas foram feitas. Classifica tais referências de «coincidências», «semelhanças evidentes», «paralelismos culturais» (pp. 169, 181-195). Basta um exemplo (caricato): chega à conclusão de que certo tipo de galinhas e galos existente nas Américas é procedente da China, porque cantam «quiquiriqui» (p. 188), ao contrário dos galináceos europeus que cantam cócórócó.

Procura camuflar as suas fantasias com a alusão a métodos científicos, como a evocação de testemunhos arqueológicos ou a aplicação de testes de ADN. Vejamos o método: aplica testes de ADN a populações do Novo Mundo, encontra ADN chinês, e esquece-se que, a partir do século XVI, depois dos oceanos abertos pelos portugueses e por outros europeus e, especialmente a partir do século XIX, após a abolição da escravatura, vagas de chineses e de outros orientais rumaram às Américas. E, mesmo que venha a aplicar testes de ADN no continente americano a cadáveres do século XV, não poderá esquecer-se que, segundo as mais aceites teses da historiografia moderna, o Novo Mundo foi povoado, em tempos remotos, por asiáticos que atravessaram o Estreito de Bering. Com eles, poderão ter ido as plantas e os galináceos que cantam «quiquiriqui». Não foram, contudo, os mamíferos do Velho Mundo, porque não conseguiram atravessar aquele Estreito. Estes serão levados nos navios europeus.

Claro que, para tentar conferir credibilidade ao seu discurso, vai entre-meando as suas fantasias com dados históricos da China (as sete viagens do almirante Zeng He ao Pacífico asiático e ao Índico), da Europa e de Portugal. No que toca ao nosso País, faz até um relato aceitável do processo das viagens marítimas dos portugueses, só possíveis, na sua opinião e como atrás se viu, porque o infante D. Pedro trouxe de Veneza para Portugal, em 1428, um mapa-mundi chinês (ou obtido por cópia de um chinês), o qual «há muito que se perdeu» (pp. 96-98).

Entre a extensa bibliografia que apresenta no final, evoca no seu texto o cronista português António Galvão e o seu *Tratado dos Descobrimentos* (1563), mas interpreta-o de forma manifestamente deturpada, para tentar credibilizar as fantasias da sua tese. Fará o mesmo com as restantes obras que enumera? Como sempre, confunde o mito com a realidade. Galvão, ao

invés, tem o cuidado de distinguir o que afirma como realidade histórica e o que escreve evocando o que «outros dizem» sem fundamento. Sabe des-trinçar o mito da realidade, coisa que Menzies não faz, como se pode constatar pela leitura atenta do livro em apreço.

O que é preocupante é que historiografias deste tipo, forjadas por preten-sos historiadores, tendam a fazer escola. O caso mais recente é o do advogado chinês Liu Gang, que foi notícia destacada no *Diário de Notícias*, de 19 de Janeiro de 2006. Coleccionador de mapas e de pinturas, Liu Gang comprou a um comerciante de Xangai, em 2001, por menos de 500 dólares, um mapa chinês, datado de 1763, mas afirma tratar-se de uma cópia desaparecida de um original de 1418 (ou será 1428?). Naturalmente, o advogado ficou radiante quando lhe chegou às mãos o livro objecto desta recensão, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, de Gavin Menzies. Por seu lado, este não ficou menos radiante com a notícia da dita «cópia», tanto que passou a difundi-la para todo o Mundo no seu *sítio*. Cá está, uma vez mais. Com uma fantasia fundamenta-se outra fantasia. E vice-versa.

E assim se pretende fazer história!!!!...

José Manuel Azevedo e Silva